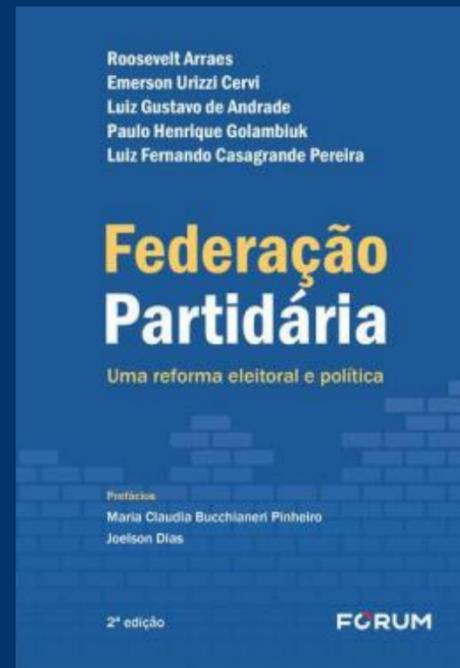




BIBLIOTECA DIGITAL

Contato: biblioteca@trt4.jus.br Fone: 3255-2589





FEDERAÇÃO PARTIDÁRIA : uma reforma eleitoral e política - 2ª EDIÇÃO - 2024

Luiz Fernando Casagrande Pereira , Roosevelt Arraes,
Paulo Henrique Golambiuk , Luiz Gustavo de Andrade ,
Emerson Cervi

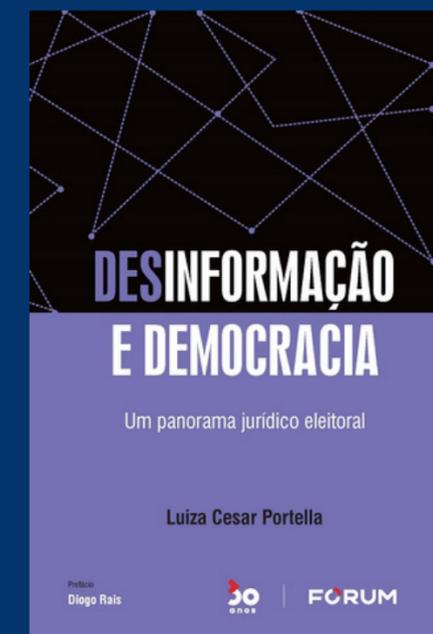
A federação partidária é a grande novidade institucional que impactará a democracia brasileira nos próximos anos, especialmente quanto ao papel dos partidos, aos arranjos políticos nacionais, regionais e locais e às estratégias eleitorais. Para enfrentar os desafios da nova legislação, um grupo plural de especialistas em ciência política, filosofia política e direito eleitoral reuniu-se para produzir este livro.

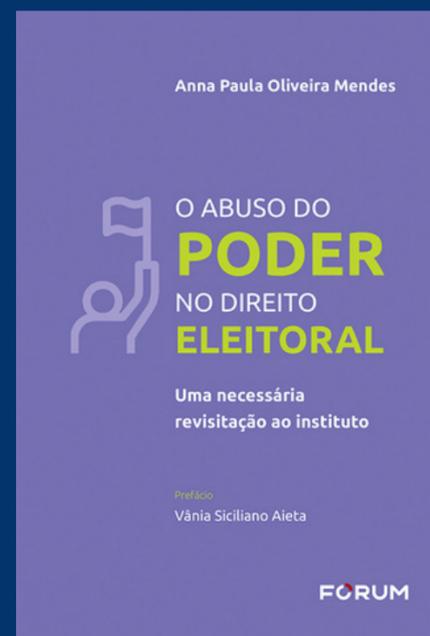


DESINFORMAÇÃO E DEMOCRACIA : um panorama jurídico eleitoral - 2022

Luiza Cesar Portella

A obra convida a leitora e o leitor a olhar para o cenário da desinformação por uma perspectiva acadêmica alinhada à prática da advocacia eleitoral, buscando auxiliar na compreensão e então instigar a reflexão e fomentar a busca por meios eficazes de lidar com o fenômeno. A leitura percorrerá, de modo claro e com linguagem simples, os institutos da liberdade de voto e do direito à informação, os aspectos práticos e teóricos sobre a propaganda eleitoral e a desinformação.





O ABUSO DO PODER NO DIREITO ELEITORAL : uma necessária revisão ao instituto - 2022

Anna Paula Oliveira Mendes

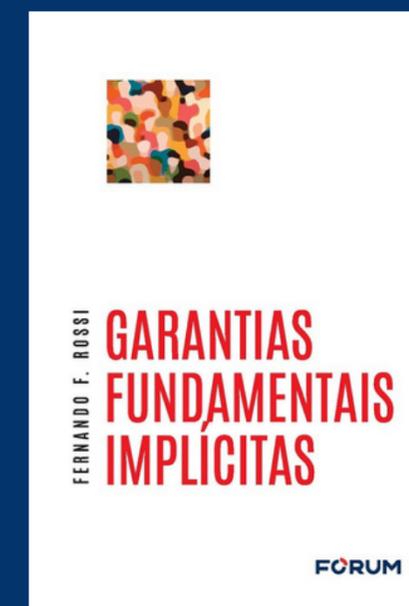
Com esteio no papel contramajoritário das decisões judiciais de desconstituição de mandato eletivo, a autora imprimirá, ao longo do trabalho, uma leitura garantista ao tema, buscando trazer balizas mais seguras à questão e enfrentando, com a devida seriedade, a discussão sobre as formas atípicas do abuso do poder no direito eleitoral.



GARANTIAS FUNDAMENTAIS IMPLÍCITAS - 2024

Fernando F. Rossi.

As garantias implícitas, originárias do artigo 5º, §2º, da CRFB, diferem das garantias ampliadas. Ambas fazem parte do mesmo tipo de garantia implícita, com subentendimento e subjacência. São reveladas por critérios objetivos para evitar subjetividade. São declaradas diante de competência imprópria, fontes taxativas, descrição textual na Constituição e sua concretização, reequilibrando a engenharia constitucional para garantir o controle do poder.





DISPUTE BOARD : prevenção e resolução de conflitos de alta complexidade - 2024

Equipe RT

"A obra oferece uma perspectiva sofisticada de especialistas na temática, que discorrem sobre o adequado tratamento e prevenção de disputas contratuais de alta complexidade. Esses desafios, que surgem com frequência durante a execução de contratos de longa duração entre entidades privadas e o poder público, podem ser mitigados pela implementação de um Dispute Board ou "Comitê de Resolução de Disputas".

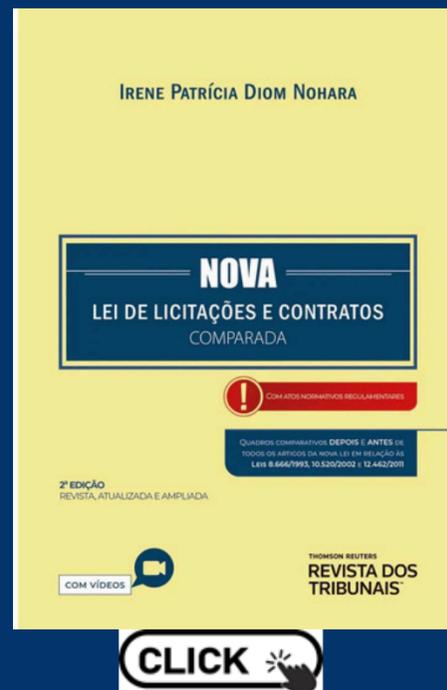


Modulação : na alteração da jurisprudência firme ou de precedentes vinculantes - 3ª Edição - 2024

Teresa Arruda Alvim

Esta nova edição contém análise da doutrina que já se produziu após esgotada a anterior, e análise de importantes acórdãos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, com especial ênfase para matéria tributária. O viés teórico dessa obra, baseada na doutrina de melhor qualidade e de elementos relevantes de direito comparado, somado a análise minuciosa de importantes acórdãos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, tornam este trabalho imprescindível na biblioteca tanto do acadêmico quanto do operador do direito, seja ele juiz, promotor ou advogado.





NOVA Lei de Licitações e Contratos Comparada - 2ª Edição - 2024

Irene Patrícia Diom Nohara

A Nova Lei de Licitações e Contratos transformou o cenário das compras governamentais em nosso país. Ela introjetou nova modalidade, qual seja: o diálogo competitivo, extinguindo duas antigas (tomada de preços e convite) e preparando, ainda, o terreno para as compras eletrônicas, com novidades em termos de catálogos eletrônicos, credenciamento e a criação de um Portal Nacional de Contratações Públicas. Trata-se de diploma que compilou e atualizou basicamente três leis anteriores: a Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993), a Lei do Pregão (Lei 10.520/2002) e a Lei do RDC (Lei 12.462/2011), sendo também o resultado da absorção de inúmeros atos normativos infralegais, bem como da jurisprudência dos órgãos de controle, com destaque para os Tribunais de Contas. A obra é muito útil ao gestor, aos aplicadores, aos controladores e estudiosos de licitações, dado que ela compara os dispositivos e foca nos pontos inovadores.

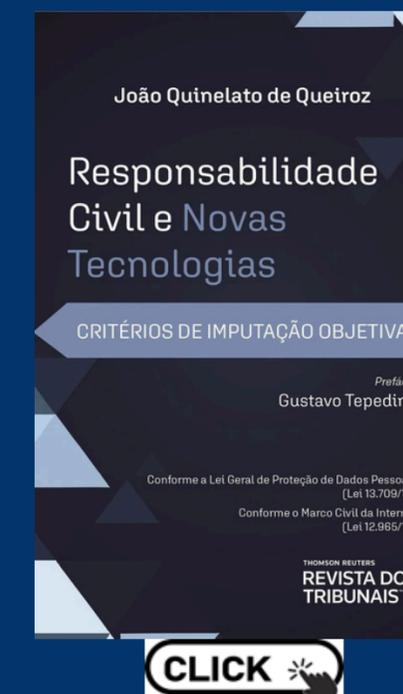


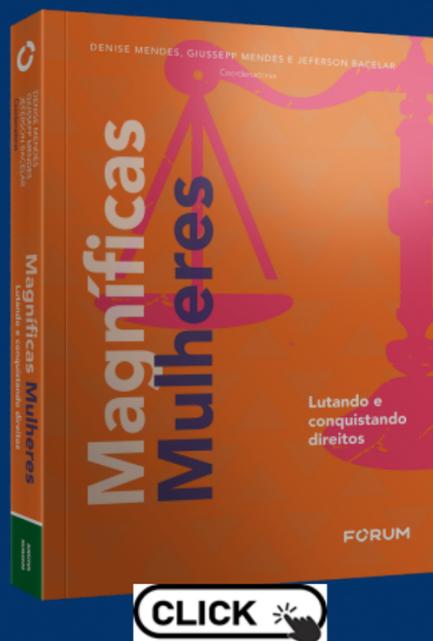
Responsabilidade Civil e Novas Tecnologias : Critérios de Imputação Objetiva - 2024

João Quinelato de Queiro

A obra "Responsabilidade Civil e Novas Tecnologias: Critérios de Imputação Objetiva" pretende investigar a incidência da cláusula geral de risco, contida tanto no artigo 927 parágrafo único quanto no artigo 931, ambos do Código Civil Brasileiro, nas atividades tecnológicas potencialmente arriscadas, em especial, na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no Marco Civil na Internet e na aplicação da inteligência artificial, por serem hipóteses em que o legislador não fixou o regime de responsabilidade civil e que gozam de algum grau de risco a elas inerente.

A obra propõe critérios para investigação da imputação objetiva a partir do risco a que alude a cláusula geral de responsabilidade objetiva, partindo da premissa de que nem todo potencial risco associado a uma atividade econômica, cujo regime de responsabilidade civil não tenha sido expressamente fixado em lei, importará na incidência automática do regime objetivo de responsabilidade civil.





MAGNÍFICAS MULHERES : Lutando e conquistando direitos - 2022

Denise Pinheiro Santos Mendes , Giussepp Mendes , Jeferson Antônio Fernandes Bacelar

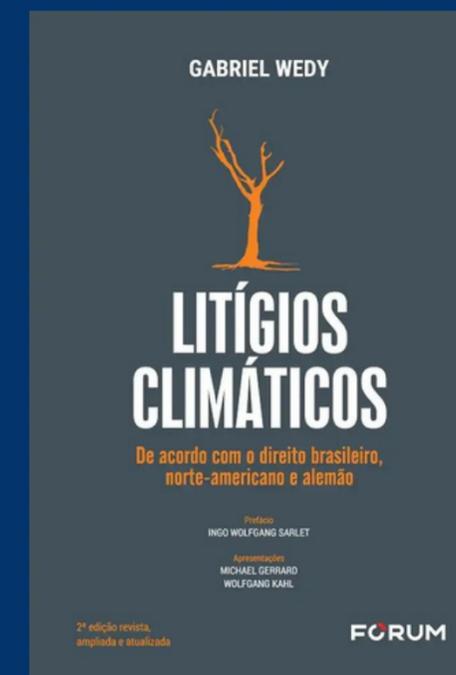
Mulheres assumem papéis de liderança nos tribunais paraenses, marcando um momento histórico de igualdade de gênero. Denise Mendes coordena a obra "Magníficas Mulheres: lutando e conquistando direitos", destacando a importância desse marco na garantia da igualdade de gênero na Constituição Federal.



LITÍGIOS CLIMÁTICOS : De acordo com o direito brasileiro, norte-americano e alemão - 2º Edição - 2023

Gabriel Wedy

No livro, fruto da pesquisa de pós-doutoramento do autor, fica demonstrado que nas últimas décadas tratados internacionais, Constituições, legislações infraconstitucionais, doutrina e jurisprudência têm sido invocados pelo Poder Judiciário para o enfrentamento das causas antrópicas e das consequências das mudanças climáticas. Na obra, resta evidenciada a possibilidade da responsabilização civil do Estado, em virtude de ações e omissões na tutela do sistema climático, e, também, das grandes companhias, que exploram e lucram com a queima dos combustíveis fósseis. O autor enfatiza a importância da aplicação do direito climático como um dos meios viáveis para a concretização dos objetivos estabelecidos no Acordo de Paris.





Mercado Digital e Direito da Concorrência : o Digital Markets Act - 2024

Humberto Cunha dos Santos

O livro trata das novas características que o Digital Markets Act (DMA) conferiu à defesa da concorrência junto aos mercados digitais. O DMA altera profundamente o estado da arte da defesa da concorrência. Ao alterar o ofício judicante ex post para a regulação concorrencial ex ante, com a introdução de novos conceitos operacionais, o DMA rompe com a convergência global em seus aspectos substantivos, institucionais e procedimentais. Discute-se como a experiência europeia com a edição do DMA pode inspirar possíveis aprimoramentos ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.



Ação Rescisória - 2º Edição - 2024

Araken de Assis

"A obra cuida de todos os aspectos da admissibilidade e do procedimento da ação rescisória. Especial ênfase é dada ao procedimento. É analisada, por outro lado, a legitimidade passiva do advogado, titular do crédito relativo aos honorários sucumbenciais. A obra se baseia na doutrina nacional e estrangeira. Foi atualizada quanto à jurisprudência do STJ. "

